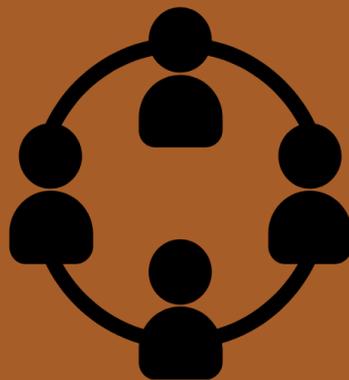


BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO:

Contribuições para os
movimentos sociais



ROGERIO DA SILVA ROCHA
MARIA GERALDA DE MIRANDA


Editora

Rogério da Silva Rocha
Maria Geralda de Miranda

BANCO COMUNITÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES
PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

1ª Edição



Epitaya Propriedade Intelectual Editora LTDA

Rio de Janeiro - RJ
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R672b Rocha, Rogério da Silva.
Banco comunitário de desenvolvimento [livro eletrônico]: contribuições para os movimentos sociais / Rogério da Silva Rocha, Maria Geralda de Miranda. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2021.
55p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87809-27-4

1. Ciências sociais. 2. Comunidades – Desenvolvimento. 3. Mudança social. I. Miranda, Maria Geralda de. II. Título.

CDD 301.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Rogério da Silva Rocha
Maria Geralda de Miranda

BANCO COMUNITÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES
PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS



Epitaya Propriedade Intelectual Editora LTDA

Rio de Janeiro - RJ
2021

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
1º Edição - Copyright © 2021 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se correções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
PREPARAÇÃO DE ORIGINALS / REVISÃO	Helena Portes Sava de Farias

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Maria Geralda de Miranda
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Dr. Heitor Homero Marques
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Dr. Marcelo José Moreira
ICSA / UnUCSEH-UEG

Dr. Lúcio Fábio Cassiano Nascimento
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

APRESENTAÇÃO

Esse e-book é resultado de pesquisas realizadas no decorrer do curso de mestrado em Desenvolvimento Local, no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local (Mestrado e Doutorado), do Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM. Além deste livro eletrônico, o autor produziu a sua dissertação de mestrado, intitulada O Banco Mumbuca de Maricá: Experiências, Êxitos e Desafios.

O objetivo primordial do e-book é contribuir com o fortalecimento de iniciativas para implementação de bancos comunitários, bem como orientar acerca de sua gestão, o que vai ao encontro do que foi discutido no V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em maio de 2020, cujos debates apontaram para o apoio a tais iniciativas, principalmente neste momento que tem aumentado cada vez as desigualdades sociais no Brasil.

Considerando a necessidade e oportunidade da integração de múltiplos tipos de bancos comunitários existentes no país, ele também poderá ser útil às comunidades que já possuem ou que desejam se organizar no âmbito da economia e finanças solidárias. E, ainda, poderá contribuir com a melhoria da articulação das comunidades, por meio do conhecimento para a implementação de banco comunitário de desenvolvimento.

SUMÁRIO

Introdução.....	07
Desenvolvimento e crescimento econômico.....	08
A Economia Solidária e o desenvolvimento.....	10
Bancos Comunitários de desenvolvimento	13
Qual a importância do banco comunitário de desenvolvimento?	23
Diferenças entre banco convencional e banco comunitário.....	26
Principais características dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.....	27
Como se dá a sustentabilidade de um Banco Comunitário de Desenvolvimento?	29
Quais produtos e serviços financeiros são oferecidos pelo BCD?	30
A que público se destina o banco comunitário de desenvolvimento?.....	31
Como Montar um Banco Comunitário de Desenvolvimento?	33
Banco Comunitário Mumbuca, de Maricá.....	41
Considerações Finais.....	49
Referências.....	51

INTRODUÇÃO

A temática dos bancos comunitários faz lembrar as origens de classe média baixa da família do autor, que sendo filho de pais microempreendedores, estudava e trabalhava no pequeno negócio da família. Foi observando as dificuldades em manter o negócio, que no início dos anos 90, o autor optou por estudar Ciências Econômicas, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, para ajudar, de alguma forma, no desenvolvimento dos negócios familiares.

No Curso de Ciências Econômicas, o conceito de economia solidária passou a fazer bastante sentido, momento em que este mestrando também atuou no assessoramento em projetos da Igreja Católica, e a experiência em comunidades mais pobres permitiram conhecer um pouco do assunto.

Acredita-se que este livro eletrônico poderá contribuir com diversas iniciativas no país, considerando a necessária produção de conteúdos digitais e integração de dados para a melhorar a ação local dos bancos comunitários de desenvolvimento, no campo da economia solidária.

DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Vários autores fazem uma distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, pois nem sempre a ocorrência do primeiro leva ao segundo, principalmente por causa da concentração de riquezas nas mãos de poucos. Outros autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar que estes incrementos sejam distribuídos. Deve-se acrescentar que apesar das divergências existentes entre as concepções conceituais de desenvolvimento econômico, elas não são excludentes.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, deve incluir a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

O que se pode dizer é que até bem pouco tempo atrás, os países e regiões eram classificados entre ricos e pobres, usando-se apenas para isso, exclusivamente, as variações do PIB, sem ao menos tentar medir a qualidade de vida dos habitantes.

Furtado (1974) diz que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível “desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem [...] aos avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”. (FURTADO, 1974, p. 75)

O nível de vida das famílias precisam ser o fim do desenvolvimento, porque o mais importante é indagar acerca do tipo de oportunidades que as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma moradia digna.

Para Amartya Sen (2010), o crescimento econômico não pode ser considerado como um fim em si mesmo e deve apontar para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e com o fortalecimento de suas liberdades. Deste modo, o autor concentra “seu foco analítico em fatores que vão além da renda, industrialização, desenvolvimento tecnológico, mas também, e sobretudo, no acesso dos indivíduos a serviços de educação e de saúde, assim como o exercício de direitos civis, ou seja, as liberdades políticas e outras classificações e dimensões de liberdade.” (NEDER, 2019)

Assim, o progresso de uma sociedade, em termos de desenvolvimento, não deve ser avaliado como se costuma fazer comumente, mas também pelas liberdades substantivas que os indivíduos desfrutam nesta sociedade. As carências a estes recursos restringem a liberdade dos indivíduos condenando-os a viver em condições degradantes. (NADER, 2019)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO

Compreender o conceito de economia solidária e as suas respectivas fronteiras é muito importante.

Para Singer (2002, p. 110), “economia solidária”, tal como ela ressurge do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior entre os desempregados. (SINGER, 2002, p, 110)

Este mesmo autor pontua que a “economia solidária” foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. Isso quer dizer que uma empresa que

esteja inserida no conceito de economia solidária pode ser chamada de uma empresa solidária, pois nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (SINGER, 2004)

O termo “economia solidária” pode caracterizar e ser identificada como formas de solidariedade, que trazem à tona as organizações de iniciativa puramente cidadã e que estão diretamente ligadas em oposição às formas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado.

O conceito de “economia solidária” voltou a ser discutido no início dos anos 90, por meio dos trabalhos de Laville e Eme (1996), na França. Tais autores visavam dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa, que assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas.

Esta expressão, “economia solidária”, vem, assim, num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade; e, por outro lado, sugere-se (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração

coletiva de atividades econômicas. (EME E LAVILLE, 1996)

A temática conceitual e prática da economia solidária, em sua pluralidade, com muitos tipos de abordagens, tem se tornado um tema cada vez mais comum e tem trazido uma quantidade enorme de debates no Brasil, seja nos espaços acadêmicos, seja nos movimentos sociais. A diversidade das ações que envolvem a temática e os diferentes atores atuantes nesse campo contribuem para uma variedade de interpretações, por vezes, não consensuais. (CORAGGIO, 2007; GAIGER, 2007; LAVILLE, 2006; LIMA; 2009)

Do ponto de vista histórico, um conjunto substancial de trabalhos refere-se ao crescimento desse fenômeno no contexto brasileiro, fundamentalmente, a partir da década de 1990. Alguns desses estudos vinculam a retomada dessas discussões ao cenário econômico de altos índices de desemprego e pobreza; parte dessas interpretações, embora com razão em relação ao pano de fundo do (re)surgimento da economia solidária, não enfatiza tanto algo que pode ser primordial nesse cenário, qual seja, o papel dos movimentos na construção de alternativas democráticas para consolidação de uma sociedade mais justa. (PINTO, 2006; POCHMANN, 2007).

A Economia Solidária é discutida entre diversos autores

como uma alternativa viável de resposta ao desemprego, por meio da organização da classe trabalhadora em empreendimentos cooperativos ou auto gestionários. Singer (2002) afirma ainda que o conceito está ligado à organização de diferentes públicos, que interagem entre si, através da solidariedade e da ênfase à colaboração aos trabalhadores excluídos do mercado formal.

Assim, cabe pontuar que a economia solidária não é uma simples filantropia

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (RBBC) define os bancos comunitários de desenvolvimentos como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo como fundamento os princípios da Economia Solidária. São criados e pertencem a uma determinada localidade, ajudando a pôr em prática estratégias de desenvolvimento a partir dos princípios da economia solidária.

Os Bancos Comunitários visam promover desenvolvimento da economia local por meio do acesso a serviços financeiros. De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, no final de 2020, havia aproximadamente 150 Bancos Comunitários

espalhados em comunidades carentes pelo Brasil.

Os bancos comunitários de desenvolvimento podem ser considerados como experiências de economia solidária. É importante ressaltar que existem pelo menos duas razões que revelam que o banco comunitário é um tipo de empreendimento distinto dos bancos comerciais: 1) a hibridação de diferentes fontes de financiamento (moeda social, crédito para produção, empréstimos a juros subsidiados, entre outros) e 2) a construção conjunta de oferta e demanda. (FRANÇA FILHO, 2007)

Trata-se de uma instituição que tem suas operações dentro das comunidades ou bairros, isto é, de forma local, e está voltada ao atendimento às necessidades dos pequenos negócios da população local e do seu entorno, assegurando, além de outros produtos financeiros, o acesso ao microcrédito. Estas iniciativas são normalmente administradas por cidadãos locais, com a finalidade de alavancar a economia e melhorar as condições de vida da população.

Os bancos comunitários são experiências orientadas para combater as causas estruturais da desigualdade. Defendem uma posição mais política e menos funcional, afirmam seu compromisso de solidariedade e concebe suas práticas como uma nova forma de ação coletiva e de intervenção pública (LAVILLE,

2010). Eles atuam para promover o desenvolvimento local das comunidades mais pobres, por meio do fomento à formação de redes solidárias locais de produção e consumo.

Os bancos comunitários, ao articular, simultaneamente, produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local, constituem-se em um elemento catalisador das ações do desenvolvimento nestes territórios.

O Banco Palma

O Banco Palma, pioneiro no Brasil, nasceu no Conjunto Palmeiras, bairro periférico de Fortaleza-CE, em janeiro de 1998, por uma iniciativa dos moradores do bairro, que acreditavam que a produção e o consumo local favoreceriam o desenvolvimento do território (RBB, 2006). O objetivo era estimular o desenvolvimento local com base na produção, comercialização e consumo na própria comunidade, gerando renda e oportunidades para as famílias.

Figura 1: Identidade visual do Banco Palma



Fonte: Instituto Palmas, 2021.

No ano de 1999, foi publicada a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que autorizava programas de finanças solidárias e de empreendimentos que envolvessem uma experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito (FREIRE, 2011).

O governo brasileiro, no período entre 2003 a 2015, fez intervenções importantes na economia, por meio de políticas públicas distributivas redistributivas¹, além de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES/MTE, o que possibilitou que o Instituto Banco Palmas pudesse ser o grande catalisador para a implementação da metodologia de apoio à implantação de bancos comunitários e, assim, torná-los referências de uma política nacional de incentivo ao crédito para a produção e consumo locais.

No ano de 2005, o projeto de bancos comunitários como alternativa para o desenvolvimento local começou a se consolidar por meio do Instituto Palmas, que já em 2003 se constituía como

¹ Política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (SOUZA, 2006)

um grande articulador para o fomento a bancos comunitários no país. Em várias localidades foram criados bancos comunitários, de acordo com o Atlas de Economia Solidária (2005), entre elas: Vila Velha/ES, Vitória/ES, Simões Filho/BA, Paracuru/CE, Palmácia/CE, Acaraú/CE, Campo Grande/MS, Fortaleza/CE.

O Instituto Palmas atuou e atua em consultoria e assessoria para implantação dos Bancos comunitários, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, até 2015, financiava as ações do instituto.

O Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito e correspondente bancário) também se inseriu no suporte às iniciativas de bancos comunitários, através do aporte de recursos financeiros para a formação de fundo de crédito, o que, sem dúvida, ajudou a fomentar mais iniciativas. Em que pese a atuação destes agentes externos, a implementação de um banco comunitário em uma localidade necessita apenas de ação endógena.

Vale ressaltar que as iniciativas nascidas do desejo da comunidade na implantação de um banco comunitário podem dar mais certo, do que iniciativas exógenas à localidade. Seja como for a forma de nascimento de um banco comunitário, alguns requisitos devem ser atendidos, como, por exemplo, o capital

financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc.) que possa assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito e gerente de crédito, e assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade.

Além da moeda social circulante local, os bancos comunitários podem trabalhar oferecendo distintos serviços financeiros, que variam de banco para banco, dependendo da articulação com os atores locais e com a infraestrutura alcançada em cada caso (RIGO et al., 2015). Algumas possibilidades são linhas de crédito com aval solidário, oferecidas em reais ou em moeda social, pagamento de benefícios, manutenção de conta corrente, pagamento de boletos, entres outros. Esses bancos também podem atuar como correspondentes bancários, cumprindo, neste caso, a legislação específica, expressa na Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011.

O Instituto Banco Palmas possui experiências importantes na articulação de parcerias. Em 2005, firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES/MTE, tornando possível que os custos operacionais e de capacitação de agentes e gerentes de crédito fossem assumidos. Em seguida,

realizou contrato com Banco Popular do Brasil para garantir o fundo de crédito, de modo que este pudesse conceder microcréditos, através de uma nova linha de crédito, utilizando a estrutura operacional do Banco Popular do Brasil. Ao conseguir o fundo de crédito, o Instituto Banco Palma alcançou a solução para a falta de fundos para as linhas de crédito. (SILVA JÚNIOR, 2004).

O Instituto Palmas tem uma importância fundamental no processo de desenvolvimento de bancos comunitários de várias localidades do país, pois foi o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil em 1997 no Conjunto Palmeiras na Cidade de Fortaleza, Ceará. Atualmente a sua sede está localizada no mesmo local de fundação e está vinculada à Rede Brasileira de Bancos Comunitários que atualmente possui sob sua tutela mais de cem bancos, distribuídos por todas as regiões, em 20 estados e mais de 90 municípios. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2021)

Conforme dito anteriormente, o Instituto Banco Palmas foi uma iniciativa criada para ser uma rede de solidariedade local, para que houvesse uma integração dos produtores e consumidores locais, de modo que toda ou a maior parte da riqueza gerada pudesse ser circulada dentro da própria comunidade e gerar uma

riqueza local. Em seguida surge a primeira moeda social, a PalmaCard. (RBBc, 2006)

Figura 2: PalmaCard



Fonte: Instituto Palmas, 2021

O Banco Palmas através de suas inovações instituiu em parceria com a empresa Money Clip a plataforma E-Dinheiro colocando o Banco Palmas na palma das mãos de clientes e consumidores. Seu objetivo é se transformar em uma instituição confiável e mais perto de seus clientes/consumidores

Figura 3: App E-dinheiro



Fonte: Instituto Palmas, 2021

Figura 4: Plataforma E-dinheiro plataforma



Fonte: Instituto Palmas, 2021

O Palmas e-dinheiro foi projetado para funcionar em qualquer telefone celular, tendo ou não acesso à internet, sem restrição de operadora. Basta se cadastrar via rede celular, selecionar seus contatos para enviar ou receber dinheiro, e começar a operar imediatamente. Sem burocracia. Além de transferir valores para contatos, outra função do aplicativo é servir como meio de pagamentos em estabelecimentos conveniados e entre fornecedores de produtos ou serviços.

Moeda Digital

No ano de 2014, foi lançada a primeira moeda social digital, baseada em cartões magnéticos, a partir da tecnologia desenvolvida pela empresa *ValeShop*, que utiliza máquinas conhecidas como *Point of Sale* (POS) e que em uma tradução literal para a língua portuguesa é o mesmo que máquinas de “ponto de venda” para que os comerciantes cadastrados possam receber os valores em moeda social nos seus estabelecimentos, já previamente cadastrados. (IBP, 2018).

A partir dessa experiência, no ano de 2018, se inicia o processo para o uso da moeda social digital, utilizando-se a plataforma *e-dinheiro*, que trouxe várias mudanças para os usuários (consumidores e comerciantes). Mudanças também na forma de operacionalização da moeda social, cuja gestão da tecnologia utilizada passou para Instituto Banco da Periferia, conhecido antes como Instituto Banco Palmas.

O Banco da Periferia é uma Organização Não Governamental, criada em novembro de 2014, por líderes populares da comunidade do Conjunto Palmeiras, fundadores do Banco Palmas, e outros profissionais conhecedores da Metodologia dos Bancos Comunitários. (IBP, 2018)

O Instituto *E-dinheiro* é uma instituição com especialistas em

moedas sociais digitais e banco comunitário digital para dar suporte e assistência técnica ao Banco Mumbuca e outros bancos comunitários.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

1) Nas mais diversas experiências já consolidadas de banco comunitários espalhada pelo Brasil, essas iniciativas apoiam os empreendimentos locais em suas mais diversas estratégias de comercialização e financiamento e ainda estimula a rede local de produção e de consumo justo e solidário, sempre em consonância com os preceitos da economia solidária.

2) Normalmente, os bancos comunitários operam com pelo menos duas linhas de crédito: uma para consumo e outra para produção e, isso sem dúvida, é crucial para o desenvolvimento da comunidade local, onde está se instalando ou já está instalado o projeto.

3) As linhas de crédito são as de consumo, que são concedidos em moeda social, sem juros, destinados ao consumo pessoal ou familiar para atender as necessidades financeiras emergenciais pontuais, já o crédito em produção, chamado de crédito produtivo é concedido em reais (R\$), com juros e visa apoiar a ampliação de

empreendimentos locais, seja no ramo da indústria, do comércio ou de serviços.

4) Observações importantes sobre bancos comunitários:

a) Cada comunidade tem características específicas e autonomia para formular sua política de crédito, há a possibilidade do Banco Comunitário de Desenvolvimento, BCD, operar outras linhas de crédito, que atendam às necessidades e contexto da comunidade, como, por exemplo, o crédito habitacional, crédito cultural, etc.

b) Quando se fala é falado em cobrança de juros, é preciso seguir a chama da *lei da usura* que, apesar de ser uma lei muito antiga, ela ainda é usada. Trata-se do **Decreto No 22.626/33**, que define que somente Organizações não governamentais, ONGs, qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIP, de Microcrédito podem operar com taxas (juros + Taxa de abertura de crédito, TAC) acima do dobro da inflação. Para além, segundo a legislação do sistema financeiro nacional, somente bancos convencionais e cooperativas de crédito têm a permissão de captar recursos para poupança ou outros investimentos.

c) **OSCIP**: Trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos (associação), que tem de preencher os requisitos da **Lei nº 9.790/99**. Entre eles, o de ter como vocação para promoção da

assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, trabalho voluntário, combate à pobreza, ética, paz, cidadania, estudo e pesquisas. A Lei permite a remuneração dos dirigentes e prioriza a OSCIP como parceira das atividades desenvolvidas pelo Estado. O Ministério da Justiça é o órgão que avalia, reconhece e expede o certificado de OSCIP.

d) Os bancos comunitários podem, além dessas linhas de crédito mencionadas, realizar outros serviços como, por exemplo, o correspondente bancário, recarga de celular, linhas de crédito de bancos convencionais, linhas específicas para pessoas atendidas por programas de distribuição de renda, etc.

e) Mais uma vez é importante ressaltar que **cada comunidade logo, cada banco**, tem uma especificidade, que deve ser desenvolvida e potencializada.

DIFERENÇAS ENTRE BANCO CONVENCIONAL E BANCO COMUNITÁRIO

Banco Convencional	Banco Comunitário
Tem como objetivo gerar lucro para o dono.	Tem como objetivo o desenvolvimento da localidade.
Há um dono ou acionistas. A propriedade é individual.	A comunidade é a dona do banco comunitário. A propriedade é coletiva.
A economia controla o banco.	A sociedade controla o banco.
Atendimento baseado na aparência e renda pessoal/empresarial.	Atende a todas as pessoas sem distinção, inclusive as que não são atendidas nos bancos convencionais.
O dinheiro é o centro. Se justifica pelo lucro.	A vida é o centro. Se justifica pela utilidade social.
Necessidade de comprovação de renda.	Estudos de possibilidade de pagamento e acompanhamento pós-crédito.
Necessidade de avalista que paga o crédito, em caso de inadimplência.	Consulta à comunidade, renegociação em caso de atraso.

Consulta ao SERASA (Banco De Dados De Crédito De Consumidores, Empresas E Grupos Econômicos) e SPC (tecnologia para processar e armazenar todas as operações de crédito realizadas)	Banco de dados próprio para casos extremos de inadimplência; Possibilidade de crédito para nome negativado.
Promove a concorrência, a competição e a disputa.	Promove a colaboração, a cooperação e a solidariedade.
Acredita nas garantias (renda, patrimônio, fiador).	Acredita nas pessoas (confiança).
Promove a disputa entre os empreendimentos do território.	Reorganiza as economias locais.
É centralizado, grande, poderoso, distante das pessoas.	Descentralizado, pequeno, perto das pessoas
Decisão centralizada	Decisão coletiva da comunidade.

Fonte: NESOL/USP, 2015.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO²

a) É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária dele;

² Estas informações constam no documento aprovado no II Encontro da Rede de Bancos Comunitários, realizado em abril de 2007.

- b) Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
- c) Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- d) Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
- e) Atua em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
- f) Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias;
- g) Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Para que serve um Banco Comunitário de Desenvolvimento?

Um banco comunitário de desenvolvimento serve para promover o desenvolvimento de comunidades de baixa renda. A sua criação se dá através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Tal estrutura precisa estar baseada no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de

serviços, de apoio à comercialização (mercadinhos, sacolões, pequenas lojas, feiras de artesanatos), organizações de consumidores e de produtores.

Como está Estruturado um Banco de Desenvolvimento Comunitário?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil, que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas).

Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local.

COMO SE DÁ A SUSTENTABILIDADE DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Para que um Banco Comunitário de Desenvolvimento possa se manter é preciso da cooperação comunitária, que pode ajudar na captação de recursos, que podem ser próprios ou públicos, e através da constituição de um fundo solidário de

investimento comunitário, feito pelas próprias pessoas da comunidade em prol da ajuda mútua das pessoas que podem contribuir.

Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados, que podem fazer parte da constituição do banco (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.

Os fundos solidários são um dos tipos de iniciativas coletivas em finanças solidárias (segmento da economia solidária) espalhadas por todo o Brasil.

Essas iniciativas garantem o desenvolvimento territorial socioeconômico sustentável, pautado na autogestão, na cooperação, na democracia, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.

QUAIS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS SÃO OFERECIDOS PELO BCD?

- I - Moeda social circulante local;
- II - Crédito solidário;
- III - Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
- IV - Crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros;

- V - Cartão de crédito popular solidário;
- VI - Abertura de conta corrente e depósito (não poupança)
- VII - Saque com cartão magnético;
- VIII - Recebimento de títulos públicos e privados;
- IX - Recebimento de convênios (água, luz, telefone etc.);
- X - Pagamento de benefícios sociais;
- XI - Crédito habitacional;
- XII - Crédito Educacional;
- XIII - Auxílios

A QUE PÚBLICO SE DESTINA O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO?

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm se voltado de forma prioritária a um público caracterizado pelo seu alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã, focada no desenvolvimento local, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, grupos religiosos e esportistas etc.

Figura 5: Sociedades em Rede



Fonte: www.freepik.com, 2021

Por operar com crédito e correspondente bancário, os bancos comunitários convivem diariamente com elevadas quantidades de numerários, o que exige uma gestão profissional e de muito controle contábil e monetário.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento procuram atuar prioritariamente em territórios com aproximadamente 50 mil habitantes, mas existem exemplos como é o caso da Cidade de Maricá, estado do Rio de Janeiro, onde o Banco Mumbuca atende toda a Cidade (IBP, 2018), que, segundo dados do IBGE (2010), possui cerca de 164 mil habitantes.

O banco comunitário de Maricá é o primeiro banco comunitário com uma moeda social circulante totalmente eletrônica. A experiência de Maricá está completando 8 anos.

Há ainda o caso do Banco Preventório na Cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, que está localizado no Bairro Charitas na

comunidade do Prevedentório, onde também de acordo com dados do IBGE (2010), atualmente residem cerca de 12 mil pessoas.

O Banco Preventório é uma associação comunitária, que tem como objetivo promover o desenvolvimento local do morro do Preventório, financiando o comércio, serviços, pequenos negócios da favela e incentivando o consumo em moeda social digital. (HELIODORA, 2013) Além disso, atua com projetos de educação, tecnologia e cultura na região, que possui cerca de 30 mil moradores nas favelas, segundo o IBGE (2010).

COMO MONTAR UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento atuam no sentido de apoiar a organização de comunidades a partir da reordenação da economia dos seus territórios. As estratégias adotadas consistem em democratizar e redefinir instrumentos econômico-financeiros que levam à organização, em cada comunidade, de estratégias próprias de desenvolvimento territorial.

Um breve passo-a-passo

I- O projeto inicial de um banco comunitário caracteriza-se pela interação de interesses comuns na solução dos problemas financeiros, advindos do sistema bancário formal, por um conjunto de pessoas, quer num espaço geográfico delimitado, quer num espaço social formalizado, tais como sindicatos, cooperativas, clubes, associações igrejas etc.

II- Falar desses interesses que são comuns, é falar de decisões compartilhadas e isso implica, portanto, na participação da comunidade e isso significa participar das tomadas de decisão.

III- É importante que haja (não obrigatório) uma articulação com órgãos representativos do poder público local, como a Prefeitura as Secretarias Municipais interessadas (a sociedade civil organizada, o Fórum de Economia Solidária e os Movimentos de Moradores de Bairro) e que estejam imbuídos dessa discussão.

O ponto inicial está na organização de um **grupo de discussão** para dar andamento às fases de formação e construção do banco, neste grupo é importante que estejam presentes as lideranças comunitárias locais e se possível já alguns comerciantes e produtores, para que já possam compreender a gênese do projeto e poder disseminar aos seus pares.

Com a comissão constituída é preciso criar uma **agenda de reuniões**, com vistas ao início do trabalho de elaboração de um plano de ação, que pode dividir-se em três frentes, a saber:

1. Mobilização Comunitária;
2. Formação Política e
3. Práticas Solidarias e Finanças Solidárias.

Importante ressaltar que estas três frentes precisam se desenvolver de forma concomitantemente.

1 – Mobilização Comunitária.

- a) Realização de mapeamento local em forma de diagnóstico;
- b) Realização de sensibilização com os comerciantes;
- c) Realização de sensibilização das lideranças e agentes públicos;
- d) Realização de encontros (comerciantes, lideranças e outros interessados)

Com esse diagnóstico, espera-se mapear as dificuldades e potencialidades econômica e social da comunidade, os tipos de comércios que já existem, as lideranças e os agentes públicos locais (diretores de escola, autoridades religiosas locais, posto de saúde, igrejas, Centro de Referência de Assistência Social, CRAS, e outros agentes sociais mobilizados ou não...). Após este levantamento, inicia-se uma sensibilização “corpo-a-corpo” com

os comerciantes, lideranças e agentes públicos locais, sensibilizando-os para o projeto e mobilizando-os para participar dos encontros de construção do banco.

Para essa sensibilização, pode-se usar alguma mídia já existente talvez do próprio Banco Palmas como vídeos, reportagens e documentos, experiências de outros locais.

2 – Formação Política

- a) Realizar oficinas e cursos sobre o contexto sociopolítica econômico local, regional, do Brasil e do mundo;
- b) Realizar palestras, cursos etc., sobre economia solidária e popular e moedas solidárias;
- c) Contextualização, também por meio de palestras, oficinas e cursos, da importância dos Bancos Comunitários de desenvolvimento;

Em relação à frente de Formação Política, é importante observar que:

Formação Interna com grupo de discussão. Esta formação deverá ser muito aprofundada, levando as pessoas a compreender as razões políticas e sociais e a importância do projeto. Trata-se de uma ação muito importante para mobilizar as pessoas, para que estas possam participar da construção do banco; após este

momento espera-se que já tenha um coletivo grande de pessoas que, entendendo do assunto, possa pensar os conceitos, as práticas e a metodologia.

Conceitos e práticas solidárias e finanças solidárias

Nessa etapa, os participantes do projeto e a comunidade já deve ter assimilados os seguintes conceitos e práticas:

- a) Conceitos (Desenvolvimento local, Sustentabilidade, Gestão Comunitária;)
- b) Conhecimento básico de Finanças Solidárias
- b) Práticas (Análises de Crédito, Moedas Solidárias, Serviços, Gestão da Carteira, Correspondente, Acompanhamento, Regimento Interno – divisão de tarefas);

Nesta etapa, infere-se que a comissão e a comunidade já estejam totalmente sensibilizadas e mobilizadas, com informações para construir os conceitos e metodologias do projeto do banco comunitário de desenvolvimento. Para esta ação, caso se tenha possibilidades, se pode contar com a parceria de estudantes universitários e com as universidades existentes na região.

As universidades poderão dar apoio na elaboração de materiais digitais a serem utilizados na formação do grupo. Para as reuniões pode-se usar estruturas de igrejas, escolas, associações

de moradores...

Ações

- a) Definição do nome do banco e da moeda, logomarca etc.
- b) Pesquisa de produção, comércio e consumo;
- c) Desenvolvimento de Serviços e Produtos;
- d) Feiras com os empreendimentos, clube de troca.
- e) Definição acerca do uso da Plataforma E-dinheiro, e fazer as devidas formações.

Com os conceitos definidos e com a metodologia de trabalho decidida, bem como as funções do banco, pode-se começar a organizar atividades amplas de divulgação. Para tanto também é necessária uma comissão, ou um grupo, que trabalhe na divulgação de cartazes, cartões de visita, adesivos, papéis timbrados, entre outros.

Definir as ações do banco e a sua estrutura de funcionamento é muito importante. Deve-se escolher as pessoas que serão formadas como agentes de crédito, para que possa trabalhar no banco.

Deve-se formar um comitê de crédito, além do comitê gestor. É também necessário formar um comitê de análise de crédito, cuja função é apreciar e avaliar as solicitações de crédito comunitário.

Para implementar o banco comunitário de desenvolvimento é necessário que a comunidade esteja envolvida nos fóruns locais, isto é, nas associações de moradores e outras formas de organização da comunidade.

A captação de recursos é um dos quesitos mais importantes, deve ser uma atividade perene do banco comunitário, pois visa cobrir os custos com o pagamento dos trabalhadores, e demais itens de estrutura do banco (contas de energia elétrica, água, internet, café, material de escritório, material de divulgação etc.).

Neste quesito, é central pensar na captação de recursos para a criação de fundos de empréstimo próprios do banco, que não tenha a participação de agentes externos, a fim de buscar autonomia para a formulação da política de crédito.

Sendo assim, além de escrever o projeto, a comissão gestora do banco precisa pedir doações, realizar festas e eventos, vender rifas etc. É importante articular com as demais atividades existentes na localidade.

A articulação com o Instituto Palmas e com o próprio Banco da Periferia pode auxiliar no que tange à utilização da plataforma *E-dinheiro* que possibilita uma maior interligação entre os usuários/correntistas e os comerciantes, e facilita a operação e a gestão. Essa articulação possibilita a realização de convênio com

a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, que possibilita que o banco comunitário possa atuar como correspondente bancário e arrecadar fundos para a sustentabilidade.

A empresa *MoneyClip* vendeu a plataforma *e-dinheiro* em 2016 para o Instituto Banco da Periferia que firmou um contrato para manutenção e melhorias de funcionamento, que é realizada pela própria *MoneyClip*, e que posteriormente passou a se chamar MoneyCloud, devido a mudanças na composição da empresa. Hoje, o Instituto Banco da Periferia tem a posse definitiva da plataforma *e-dinheiro* e um contrato com a MoneyCloud para dar um suporte total e assistência técnica à plataforma. (INSTITUTO BANCO PERIFERIA, 2018).

BANCO COMUNITÁRIO MUMBUCA, DE MARICÁ

O Banco Mumbuca é uma associação, que possui finalidade educacional, cultural, de finanças solidárias e trabalho e renda.³ Nos seus primeiros anos de existência, sua única atividade era o pagamento das bolsas sociais da prefeitura, mas nos últimos anos ele já começou a ter novas atividades, como os programas de crédito solidário “Casa Melhor” e “Mumbucred”, o “Renda Básica da Cidadania” (RBC), o “Programa de Amparo ao Trabalhador” (PAT), o “Programa de Apoio ao Emprego” (PAE), o “Programas Renda Mínima” (PRM), que inclui as modalidades “Renda Mínima Mumbuca”, “Renda Mínima Gestante” e “Renda Mínima Jovem Solidário”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, 2020)

Normalmente, a ideia de se criar um banco comunitário parte de uma iniciativa da própria comunidade, que ao invés de buscar soluções já conhecidas como as do mercado, busca-se uma outra forma de organização voltada para a iniciativa mais popular.

No município de Maricá, entretanto, a iniciativa de instalar um banco comunitário não partiu da comunidade, e sim do poder público municipal que encontrou uma forma para poder subsidiar as ações que são implementadas através do Banco Mumbuca. O

³ Art.2º Estatuto Social da Associação Banco Comunitário Popular de Maricá.

primeiro movimento da prefeitura, encontrada no portal de Maricá, no sentido de consolidar um banco comunitário no município é de 2011, quando o prefeito enviou o Projeto de Lei para Câmara Municipal, contemplando a criação de um banco popular e da moeda social, Mumbuca. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, 2013)

Figura 5: Cartão Moeda Social Mumbuca



Fonte: Portal da Prefeitura de Maricá, 2021

Ações do Banco Mumbuca

O Banco Mumbuca possui vários programas, a saber: **CASA MELHOR (programa de crédito para melhoria habitacional)**

Visa conceder linhas de crédito para grupos de moradores da cidade. Embora o empréstimo seja individual, é necessária a formação de grupos, uma vez que cada participante se torna fiador do outro, utilizando assim o aval solidário.

O chamado Aval Solidário possibilita o empréstimo sem juros aos interessados que não precisam sequer comprovação de

renda. Os valores devem ser usados exclusivamente para reformas e pequenos reparos residenciais. Os moradores podem ser contemplados com até 600 mumbucas a serem pagas em até 10 vezes sem juros.

MumbuCred

É uma linha de crédito do Banco Mumbuca com juro zero, para quem tem um pequeno negócio ou deseja iniciar. Funciona da seguinte forma:

- 1) É preciso formar em um grupo de 3 a 10 pessoas.
- 2) O grupo exercita o Aval Solidário, onde um se torna fiador do outro.
- 3) O primeiro crédito tem limite até R\$ 2.000 por pessoa do Grupo. Os créditos vão evoluindo até o valor máximo de R\$ 15.000.

As pessoas interessadas devem procurar as agências do Banco Mumbuca para se informar como se faz para participar das CIRANDAS, que são reuniões em que os grupos se conhecem, fazem amizade e podem vir a fazer negócios juntos futuramente.

Renda Básica da Cidadania (Rbc)

Este é um programa de transferência de iniciativa da Prefeitura de Maricá, lançada em 2013 por meio da Secretaria de

Economia Solidária e que hoje beneficia 42 mil pessoas com 300 Mumbucas (1 Mumbuca = 1 Real) por mês (valor ampliado desde março de 2021 para garantir segurança social) na pandemia. Inicialmente o programa previa a transferência de 130 mumbucas, mas com o avanço da pandemia foi reajustado por três meses podendo ser continuado dependendo da necessidade.

Durante sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Maricá, ocorrida em 17/06/2019, foi votada e aprovada uma alteração no Programa Cartão Mumbuca, que instituiu o Programa de Renda Básica de Cidadania (RBC) em Maricá, e estabeleceu que o RBC passará a absorver os programas Renda Mínima Mumbuca, Renda Mínima Jovem Solidário e Renda Mínima Gestante.

Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT)

Foi instituído pela Lei Municipal 2.920 de 24/03/2020. É uma proposição do governo de Maricá em parceria com o Banco Mumbuca em uma rápida resposta ao isolamento social de toda população provocada pelo Covid-19 e a crise econômica e social imediata provocada por essa medida a milhares de trabalhadores em nossa cidade. O valor do benefício será de um salário-mínimo mensal (próximos 3 meses) por beneficiário, sendo limitado a um único beneficiário por família para que a Prefeitura consiga ajudar

ao maior número de famílias possíveis. Este benefício será totalmente convertido em Moeda Mumbuca.

Para se cadastrar em um dos benefícios é necessário ser morador de Maricá há, no mínimo, três anos, e ser inscrito no cadastro único, feito em um CRAS no município.

Programa de Amparo ao Emprego (PAE)

O benefício será concedido apenas àquelas empresas com efetivo de até 49 empregados e que tiveram suas atividades interrompidas por conta do isolamento social, a fim de conter a disseminação do novo coronavírus. A iniciativa prevê o pagamento de um salário-mínimo (R\$ 1.045) por um período de três meses ao empregado vinculado a microempreendedor individual (MEIs) e trabalhadores de micro ou pequenas empresas instaladas na cidade. A estimativa é que as 1.448 micro e pequenas empresas e os 7.195 MEIs ativos com inscrição no município sejam beneficiados. (PREFEITURA DE MARICÁ, 2021)

Figura 6: PAE



Fonte: Portal da Prefeitura de Maricá, 2021

Programa de Renda Mínima Mumbuca

Instituído no âmbito da Lei 2.652, de 15 de dezembro de 2015, em seu artigo 17 institui o Programa Renda Mínima Mumbuca, a ser paga na forma da Moeda Social Mumbuca, através de Banco Comunitário Popular de Maricá, voltado para a instauração de mecanismos de emancipação social e econômica das famílias e segmentos familiares com renda familiar de até três salários-mínimos, em estado de vulnerabilidade social e/ou pobreza.

A Moeda Social Mumbuca

No que concerne as moedas sociais existentes, as moedas virtuais já podem ser consideradas como uma realidade consolidada na nossa economia, mesmo considerando que essa alternativa ainda é uma prática pouco comum para a maioria dos empreendimentos. O que se pode dizer sobre esse cenário é que esta é uma condição que vem ganhando novos contornos devido à crise provocada pela covid-19. Nesse contexto, pode-se falar que muitas transformações revolucionaram alguns comportamentos sociais, e as formas de consumo são um grande exemplo disso.

Figura 4: Máquina Cartão Mumbuca



Fonte: Portal da Prefeitura de Maricá, 2021

Diante de tantos empreendimentos sofrendo com a retração do mercado imposta por esta pandemia, esse talvez seja o momento oportuno para abraçar a inovação de uma moeda local para incentivar e fortalecer as comunidades. E a Cidade de Maricá no Rio de Janeiro, tem um ótimo exemplo a ser copiado.

O Banco Comunitário de Maricá, o primeiro Banco Comunitário com uma moeda social local circulante, hoje está 100% eletrônica. A moeda Mumbuca é parte do programa de renda básica da cidadania que tem como objetivo financiar uma bolsa mensal e outros benefícios para os munícipes de Maricá. (INSTITUTO PALMAS, sd)

A Moeda Mumbuca foi implementada desde o ano de 2013, atualmente, possui mais de 40 mil beneficiários, o que é aproximadamente mais de um quarto da população da cidade e

representa com este número bastante expressivo é um dos maiores experimentos de renda básica do mundo. Os números são bastante animadores, pois somente no mês de maio de 2020, mais de 30 milhões de mumbucas circularam na cidade de Maricá, o que facilita muito é que atualmente mais de 9 mil comerciantes e prestadores de serviços estão cadastrados para receber a moeda social, o que fez dela a maior moeda local do país. (FOLHA VITÓRIA, 2020)

O que torna a moeda Mumbuca viável é a sua compatibilidade com a plataforma de pagamentos digitais e-DINHEIRO, que ajuda comunidades a circular suas próprias moedas. Graças a este aplicativo, os beneficiários do Banco Mumbuca fazem suas operações, transferem os seus créditos digitais e ainda fazem suas compras nos empreendimentos cadastrados; tudo isso a partir de seus smartphones. E ainda há uma outra funcionalidade da plataforma E-dinheiro que são os pagamentos das contas de serviços públicos, que também podem ser quitadas com a mumbuca. Para quem não possui um smartphone, é possível acessar o serviço digitalizando seus cartões. (FOLHA VITÓRIA, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, desde a sua idealização, vêm tendo um sentido muito importante para as comunidades em que estão inseridas, estão ajudando a educar e a criar uma consciência na população local, que existem alternativas além das oferecidas pelo mercado.

Com essas iniciativas populares, o território tem alcançado um grande engajamento político da população, que vem sendo favorecido pela grande produção e consumo feito dentro das próprias comunidades, e, sem dúvida, também, pelo fortalecimento da articulação entre os moradores, seja pelas lutas sociais por direitos e pelas políticas públicas seja pela legitimação de uma grande rede de solidariedade que é compartilhada por todos.

A conclusão que se chega é quando se faz algum investimento em políticas socioeconômicas e alternativas ao capitalismo formal e atual, como são os diversos casos de Bancos Comunitários, que estão em desenvolvimento pelo país, esses investimentos podem resultar em grandes oportunidades às populações mais pobres, na melhoria da qualidade de vida e, desse modo, promover o desenvolvimento local e a inclusão social coletiva.

Pensando assim é possível que dentro desse contexto, as iniciativas com essas perspectivas são de grande relevância para combater a dinâmica atual da política econômica, marcada pelo monopólio de organizações privadas, que são grandemente fundamentadas na maximização dos lucros e exploração das famílias mais fragilizadas pelo sistema.

Percebe-se ainda, por mais difícil que seja, que forças tão distintas possam conviver dentro das mesmas regras, sem que os mais fortes possam aniquilar os mais frágeis, quando estes passam a incomodar, ou até mesmo ampliar as oportunidades. Essas políticas alternativas de desenvolvimento local acabam por ganhar destaque ao propor iniciativas que estão amparadas em novas ideias de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_3954_v7_L.pdf acesso em 21 de agosto de 2020.

HELIODORA, Bárbara (org). **Bancos Comunitários do Preventório e de Saracuruna: experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária** no Rio de Janeiro, Niterói. EdUFF, 2013

EME, B.; LAVILLE, J-L. **Economie plurielle, économie solidaire : précisions et compléments.** *Revue du MAUSS*, Paris, n. 7, 1996.

Finanças Solidárias (Cadernos de Finanças Solidárias) / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP – São Paulo – NESOL-USP, 2015.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

FRANÇA FILHO. Genauto Carvalho. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários.** In: **Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** 2, 18-20 de abril de 2007, Fortaleza, Ceará, 2007.

FOLHA VITÓRIA. Moeda própria impulsiona comércio local em várias regiões do Brasil, **2020.** Disponível em <https://www.folhavitória.com.br/economia/noticia/07/2020/moeda-propria-impulsiona-locais-carentes> **acessado em 14 de ago. 2021**

INSTITUTO BANCO PALMAS. *O que é um Banco Comunitário*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. acessado em: 16 de ago. 2021.

INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA. (IBP) **Sobre nós**. 2018. Disponível em: <http://edinheirobrasil.org/sobre-nos/> acessado em 29 de outubro de 2020.

LAVILLE, J. L. **The solidarity economy: an international movement**. *RCCS Annual Review* [Online], n. 2, p. 1-41, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccsar/202>> Acessado em: 18 de agosto de 2020.

NEDER, Raquel do Nascimento. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN: uma discussão teórico-empírica do papel das liberdades humanas. IX Jornada de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1057_10575cca2adb6ae26.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2021.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária. De volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 195p.

POCHMANN, M. **Posibilidades y limites de la economía solidaria latinoamericana**. In: CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 225-240.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Prefeitura de Maricá anuncia criação de "moeda social"**. Disponível em <http://marica.rj.gov.br/2013/04/19/prefeitura-de-marica-anuncia-criacao-de-moeda-social/> acessado em 07 de dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Reunião discute implantação da “moeda social” de Maricá, 2013**. Disponível em <http://marica.rj.gov.br/2013/08/06/reuniao-discute-implantacao-da-moeda-social-de-marica/> acessado em 07 de dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Moradores recebem projeto casa melhor, 2018**. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2018/12/11/moradores-recebem-projeto-casa-melhor/> acessado em 14 de ago. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Renda básica de cidadania aumenta valor de benefício e número de usuários, 2019**. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2019/05/31/renda-basica-de-cidadania-aumenta-valor-de-beneficio-e-numero-de-usuarios/> acessado em 14 de ago. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Programa cartão mumbuca é aperfeiçoado através da renda básica de cidadania, 2019**. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2019/06/28/programa-cartao-mumbuca-e-aperfeitoado-atraves-do-renda-basica-de-cidadania/> acessado em 14 de ago. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. **Inscrições para o PAE iniciam nesta terça feira 26/05, 2020**. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/2020/05/26/> acessado em 14 de ago. 2021

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (RBBc). **Banco comunitário: serviços solidários em rede.** Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006a

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (RBBc). **Memória das reuniões da rede na I mostra de cultura e economia solidária.** Fortaleza: Instituto Banco Palmas, mai. 2006.

RIGO, A. S., FRAÇA FILHO, G. C. de & LEAL, L. P. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias** – Apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. *Desenvolvimento em questão*, 13(31), 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES/MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil, in Boaventura de Sousa Santos (org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento, 2004 pag. 71-107.

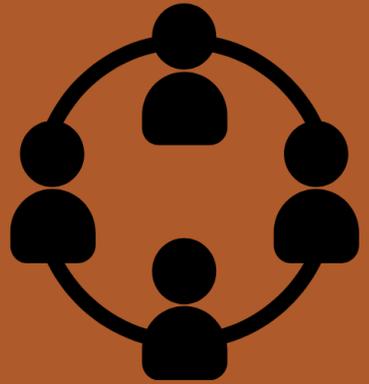
SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, 2 ed. São Paulo: 2002

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**, 2004. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) –

Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia,
Salvador, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.**
Dossiê Sociedade e Políticas Públicas. Sociologias (16), 2006.



**BANCO COMUNITÁRIO
DE DESENVOLVIMENTO:
Contribuições para o
movimento comunitário**

ROGERIO DA SILVA ROCHA
MARIA GERALDA DE MIRANDA




epiaya
Editora

